

Gabriella Rossetti Ferreira  
(Organizadora)

# Educação: Políticas, Estrutura e Organização 11

Atena  
Editora

Ano 2019

**Gabriella Rossetti Ferreira**

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e  
Organização**  
**11**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Lorena Prestes e Geraldo Alves

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 11 /  
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):  
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e  
Organização; v. 11)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-312-5

DOI 10.22533/at.ed.125190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo  
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas  
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 11” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007). O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular. A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ESCOLA E OS SEUS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: RESSIGNIFICANDO O OLHAR SOBRE OS AMBIENTES ESCOLARES	
José Emanuel Barbosa Alves Rafael de Farias Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1251903041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
AS ESTRATÉGIAS DE ENSINO POR MEIO DAS METODOLOGIAS ATIVAS	
Andreza Cavalcanti Vasconcelos Gabrielly Laís de Andrade Souza Flavia Gymena Andrade Sâmara Aline Brito Brainer Vanessa Juvino de Souza Claudia Germana de Alencar Castro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1251903042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>19</b>
CONTRIBUIÇÕES INTERACIONISTAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: DESAFIOS DE LETRAMENTO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I	
Paulo Rosas dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1251903043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>30</b>
FERRAMENTA EDUCACIONAL VIRTUAL: UMA POSSIBILIDADE PARA O ENSINO BÁSICO E TECNOLÓGICO	
Pablo Castro A. Silva Marcos V. Montanari Virgínia de Souza Á. Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1251903044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>36</b>
GOOGLE FOR EDUCATION NA ESCOLA PARAIBANA E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	
Josley Maycon de Sousa Nóbrega Nathalya Marillya de Andrade Silva Cristiana Marinho da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1251903045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>48</b>
O PIBID E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NO IFRN: INOVAÇÃO, DESAFIO OU UTOPIA?	
Eduardo Francisco Souza das Chagas Andreza Maria Batista do Nascimento Tavares José Moisés Nunes da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1251903046</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>60</b>
POLÍTICAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	
João Carlos de Lima Neto Juliana Gomes da Silva de Melo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1251903047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>68</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: CONCEITOS, DEFINIÇÕES, CICLO TÉCNICO E METODOLOGIA DE PESQUISA	
Vicente de Paulo Morais Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1251903048</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>79</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DOCENTE: O PIBID ENQUANTO CAMPO DE REFLEXÃO E FORMAÇÃO CRÍTICA DO PROFESSOR	
Janice Pereira Lopes Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1251903049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>93</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 4 E 5 ANOS: DEFINIÇÕES E PRIORIDADES DE INVESTIMENTO PARA ESTA MODALIDADE DE ENSINO	
Katia Tatiana Moraes de Oliveira Ana Lúcia de Melo Santos Edilene Maria da Silva Marilene da Silva Lima Nubênia de Lima Tresena	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>105</b>
PORTFÓLIO DE APRENDIZAGEM EXPERENCIAL: UMA APLICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR	
Mariane Bezerra Nóbrega Rodrigo Leite Farias de Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>118</b>
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA DOCENTE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Jayne Millena Ferreira Rodrigues do Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>128</b>
POTÊNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A EXPERIÊNCIA INTERPROFISSIONAL	
Natália Milânio Soares de Faria Lúcia da Rocha Uchôa-Figueiredo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030413</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>141</b>
POTENTIALIZATION OF LEARNING ABOUT OSMOSIS, USING LOW COST MATERIALS IN EXPERIMENTAL PRACTICES	
Fabiana América Silva Dantas de Souza Rayanne Maria de Lima Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>149</b>
PRÁTICAS AVALIATIVAS DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS INICIAIS	
Rozineide Iraci Pereira da Silva Nair Alves dos Santos Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>159</b>
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ATENDIMENTO EM UMA ESCOLA INCLUSIVA	
Juliana A. D. da Silveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>168</b>
PROCESSO FORMATIVO DO DOCENTE EM QUÍMICA: REFLEXÕES ACERCA DA RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA	
Christina Vargas Miranda e Carvalho Hélder Eterno da Silveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>178</b>
PROGRAMA PRÓ-LETRAMENTO O DESEMPENHO DOS TUTORES E CONTRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES: UM ESTUDO DE CASO DO CURSO EM MACAPÁ-AP	
Nilda Miranda da Silva Maria Raimunda Valente de Oliveira Damasceno Andreia Dutra Fraguas Adávia Fernanda Correa Dias da Silva Simonne Lisboa Marques	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>190</b>
PROJETO “A COR DA CULTURA”: O PROTAGONISMO NEGRO/A NO PROGRAMA “HERÓIS DE TODO MUNDO”	
Helena Maria Alves Moreira Mônica Regina Ferreira Lins Luciana Maria da Conceição Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030419</b>	

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>198</b>
PROJETO INTERDISCIPLINAR: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO NO CURSO DE GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA CIVIL	
Vitor Trein Lucca João da Jornada Fortes Filho Laura Perin Lucca Antônio Vanderlei Dos Santos Mauro Cesar Marchetti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>207</b>
PROJETO MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA: DISCURSOS DE EQUIDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS DE CARUARU	
Karinny Lima de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>216</b>
PROJETO NAS ASAS DA LEITURA: AÇÕES E REAÇÕES NO INCENTIVO AO ATO DE LER	
Kátia Farias Antero Maria do Socorro Moura Montenegro Anderson Franklin do Rego Antero Thays Evelin da Silva Brito	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030422</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>227</b>
PROJETO TRANSDISCIPLINAR: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM PROFISSIONAIS DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO	
Eleneide Menezes Alves Romildo de Albuquerque Nogueira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030423</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>236</b>
PRONATEC: CONEXÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM DE NÍVEL MÉDIO	
Maria José Fernandes Torres Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares Fábio Alexandre Araújo dos Santos Keila Cruz Moreira Carlos Eduardo Araújo dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030424</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>252</b>
PROTAGONISMO JUVENIL E EDUCAÇÃO INTEGRAL: O EDUCANDO COMO ATOR E AUTOR DO SEU PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Dayane Priscilla Bernardes Anjos Franciela Félix de Carvalho Monte	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030425</b>	



<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>263</b>
<b>QUIZ EM METODOLOGIAS ATIVAS: SUPORTE NO ENSINO APRENDIZAGEM</b>	
Inara Erice de Souza Alves Raulino Lopes José Vinícius Lopes da Silva Rodrigo e Silva Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030426</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>272</b>
<b>RECITAL MUSICOPEDAGÓGICO CDG: TEMPO DE HISTÓRIAS CONTADAS E CANTADAS</b>	
Helena Müller de Souza Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030427</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>288</b>
<b>REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATEC NO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO</b>	
Vanessa Alexandre de Souza Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030428</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>301</b>
<b>RELAÇÕES DE PODER EM CONCEITOS E TEORIAS DIVERSAS: REFLEXÕES TEÓRICAS</b>	
Emillia C. Gonçalves dos Santos Luciano Godinho Almuinha Ramos Yasmin Saba de Almeida Márcia Cristina Alves Bezerra Rafael dos Santos Costa Aldenora Santana de Oliveira Caroline Brelaz Chaves Valois Boaz Ramos de Avellar Júnior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030429</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>318</b>
<b>PRESERVANDO E CONSERVANDO O MANGUEZAL NOS ARREDORES DA PRAÇA DO CAIARA NO BAIRRO DA IPUTINGA-RECIFE/PE A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM OS ESTUDANTES DO 5º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO XXIII</b>	
Gladstone Barbosa Soares Maria do Carmo Lima Vilma Maria da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030430</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>327</b>
<b>OS REFLEXOS DA SÍNDROME DE ADAPTAÇÃO GERAL SOBRE OS ALUNOS DO CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR NOTURNO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS GÊNEROS</b>	
Fernando Gregorio da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12519030431</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>339</b>

## PRONATEC: CONEXÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM DE NÍVEL MÉDIO

### **Maria José Fernandes Torres**

Maria José Fernandes Torres, Enfermeira  
- Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN –  
campus Natal Central Mestranda no Programa  
de Pós-Graduação em Educação Profissional –  
PPGeP Natal – RN

### **Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares**

Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares  
- Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN –  
campus Natal Central Docente no Programa de  
Pós-Graduação em Educação Profissional –  
PPGeP Natal – RN

### **Fábio Alexandre Araújo dos Santos**

Fábio Alexandre Araújo dos Santos - Instituto  
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do  
Rio Grande do Norte – IFRN – campus Natal  
Zona Norte Docente no Mestrado Profissional em  
Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT  
Natal – RN

### **Keila Cruz Moreira**

Keila Cruz Moreira, Instituto Federal de  
Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do  
Norte – IFRN – campus Natal Zona Norte Docente  
no Ensino Básico em Educação Profissional e  
Tecnológica – IFRN

### **Carlos Eduardo Araújo dos Santos**

Carlos Eduardo Araújo dos Santos Professor de  
Filosofia da rede privada de ensino de Natal-RN.

o Pronatec e a sua proposta de desenvolvimento interligando educação e trabalho, na área da enfermagem, especificamente quanto ao Técnico de Enfermagem. É possível considerar que o Pronatec seja uma política desenvolvimentista aplicada nas dimensões previstas no estudo? No campo de ação da enfermagem, abordaremos as dimensões: social; econômica; ambiental; territorial e político-institucional, apresentando os pontos relacionados ao seu desenvolvimento profissional e a suas relações com o mundo do trabalho e sustentabilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pronatec; Avaliação de Políticas Públicas; Educação Profissional; Enfermagem.

### **PRONATEC: CONNECTIONS OF A PUBLIC POLICY AS PROPOSAL OF DEVELOPMENT OF THE TRAINING IN NURSING OF MIDDLE LEVEL**

**ABSTRACT:** This article aims to evaluate the Pronatec and its proposal of development linking education and work in the area of nursing, specifically the Nursing Technician. Is it possible to consider that the Pronatec is a development policy applied in the dimensions foreseen in the study? They affirm that the action of the State brought influences and consequences on several elements that conform the economy, society, the market and structures of social

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo avaliar

protection. It proposes a scheme that starts from a very complex circuit of influences on several development factors, schematically divided into five major dimensions: social, economic, environmental, territorial and political-institutional. In the nursing field of action, we will approach the dimensions: social; economic; environmental and institutional politic, presenting the points related to their professional development and their relationship with the world of work and sustainability.

**KEYWORDS:** Pronatec. Evaluation of Public Politics. Professional Education. Nursing.

## 1 | INTRODUÇÃO

O artigo “Pronatec: Conexões de uma Política Pública como proposta de desenvolvimento da formação em Enfermagem de nível médio” tem como objetivo avaliar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego–Pronatec e a sua proposta de desenvolvimento interligando educação e trabalho, na área da enfermagem, especificamente quanto ao Técnico de Enfermagem.

Para atender ao tema proposto faremos uma pesquisa bibliográfica, tendo como referencial teórico: Castro e Oliveira (2014), autores do artigo ***Políticas Públicas e Desenvolvimento***, que apresentam como objetivo do artigo contribuir para o debate sobre as conexões entre o padrão de desenvolvimento e as políticas públicas no país.

No campo de ação da enfermagem, abordaremos as dimensões: social; econômica; ambiental, territorial e político-institucional, apresentando os pontos relacionados ao seu desenvolvimento profissional e a suas relações com o mundo do trabalho e sustentabilidade.

O nosso questionamento inicial é considerar se o Pronatec é uma política desenvolvimentista aplicada nas dimensões previstas no estudo.

O artigo compõe-se de três partes. A primeira parte aborda o Pronatec e sua proposta de desenvolvimento para a formação profissional de nível médio para a enfermagem; a segunda parte, discorre a respeito de um levantamento bibliográfico das Dimensões apresentadas por Castro e Oliveira (2014), e, na terceira parte, trata das referidas Dimensões e sua conexão no campo da ação da educação profissional em enfermagem.

## 2 | O PRONATEC E SUA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO PARA A ENFERMAGEM

Iniciamos as discussões dialogando com Biancarelli (2013) no tocante à sua referência aos termos conceituais do rótulo “desenvolvimentista”, agregado ao conceito de desenvolvimentismo como uma ideologia que prega a intervenção do Estado, o nacionalismo e a industrialização para o desenvolvimento “Partindo da experiência brasileira recente, esta qualificação consiste em, especificamente, incorporar e

ênfatizar a dimensão social como elemento central e orientador do desenvolvimento” (BIANCARELLI, 2013, p.148).

O Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores em parceria com o Instituto *Humanitas* da Unisinos estudou sobre o primeiro ano do governo Dilma Rousseff (2011-2016) e considerou que os princípios que nortearam sua atuação inicial derivam de um modelo desenvolvimentista, em que o Estado tem importante papel na regulação e fomento do crescimento econômico, bem como, na definição das estratégias para o crescimento (**SANSON, 2011**).

Os desafios apresentados pelo Pronatec para a Educação Técnica Profissional para o período 2015-2018 foram, entre outras, a oferta de 12 milhões de matrículas de 2015 a 2018; a continuidade da ampliação de vagas gratuitas; estabelecer a articulação entre cursos técnicos e de formação inicial e continuada por meio de itinerários formativos; a expansão da educação profissional a distância; a promoção da integração entre educação profissional e ensino médio; o fortalecimento das políticas de formação de profissionais da educação para a Educação Básica e Educação Profissional Técnica – EPT; o fortalecimento das ações de inclusão (acesso, permanência, êxito e inserção sócio profissional) e a implantação do sistema nacional de avaliação da EPT (MONTAGNER, 2015).

Sobre a dualidade estrutural, segundo Campello (2000), esta reflete uma fragmentação da escola quando os caminhos são diferenciados segundo a classe social, repartindo-se os indivíduos por postos antagonistas quer do lado dos explorados, quer do lado da exploração.

Para uma melhor compreensão apresentamos um levantamento da estrutura de oferta de cursos cadastrados no Ministério da Educação e Cultura - MEC por região na área da saúde conforme a seguir nos quadros 1 e 2. Neste caso, o Rio Grande do Norte - RN possui 164 municípios que estão distribuídos em oito regiões para a área da saúde.

REGIÕES DE SAÚDE	CIDADES DO RN
1ª Região de Saúde	Nova Cruz e São José de Mipibu
2ª Região de Saúde	Mossoró
3ª Região de Saúde	Ceará-Mirim, João Câmara, Lajes e Macau
4ª Região de Saúde	Caicó, Currais Novos e Parelhas
5ª Região de Saúde	Santa Cruz e São Paulo do Potengi
6ª Região de Saúde	Apodi e Pau dos Ferros
7ª Região de Saúde	Canguaretama, Macaíba, Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante
8ª Região de Saúde	Assú, Afonso Bezerra e Ipanguaçu

Quadro 1 – Regiões de saúde e cidades do Rio Grande do Norte que ofertam cursos Técnicos de Enfermagem regulares nos sistemas de ensino no cadastro do MEC – SISTEC em Janeiro de 2018.

Fonte: Disponível em: <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/sesap>>. Acessado em: 10 de janeiro de 2018.

Elaborado pela autora.

REGIONAL DE SAÚDE	Escolas Públicas	Escolas Privadas	Tipo de oferta Concomitante	Tipo de oferta Subsequente
1.ª Região de Saúde – Litoral Sul e Agreste	00	01	00	01
2ª Região de Saúde – Oeste	01*	05***	03	02
3ª Região de Saúde –Mato Grande e Salineira	00	01	00	01
4ª Região de Saúde- Seridó	00	05***	01	04
5ª Região de Saúde – Trairi e Potengi	00	00	00	00
6ª Região de Saúde – Alto oeste	00	01	00	01
7ª Região de saúde – Metropolitana	01	18	08	11**
8ª Região de saúde – Vale do Assú	00	03	01	03
<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>34</b>	<b>13</b>	<b>23</b>

Quadro 2 – Oferta de Cursos Técnico de Nível Médio para Enfermagem por dependência administrativa e tipo de oferta (BRASIL, 2018).

Fonte: Disponível em: <<http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino>>. Acessado em 11 de janeiro de 2018. Elaborado pela autora. \*Escola pública não informa tipo de oferta[;] \*\*Nove escolas privadas não informam tipo de oferta[;] \*\*\* Duas são do sistema S;

Como se pode observar no cadastro nacional do SISTEC/MEC, apenas duas escolas públicas ofertam o curso Técnico de Enfermagem e apenas uma informa dois tipos de oferta (subsequente e concomitante) e também não há cadastro das escolas técnicas do Sistema Único de Saúde - SUS, as Et-Sus que ofertam cursos de formação, especialização e qualificações para servidores do SUS.

O processo de trabalho do Técnico de Enfermagem é abrangente, podendo atuar nas áreas de baixa, média e alta complexidade e também nos serviços técnicos administrativos que requerem conhecimento específico, como nas áreas da vigilância em saúde e em outros espaços.

O quadro funcional da enfermagem brasileira se constitui de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, de acordo com a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências (COFEN, 1986).

No currículo modular está prevista a certificação para Auxiliar de Enfermagem, porém há restrições para sua atuação em áreas de média e alta complexidade, sendo direcionado para os Técnicos de Enfermagem, atendendo à lei do exercício profissional. É válido registrar que não há formação Tecnológica para a área da enfermagem. Os artigos da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986 definem a certificação de acordo com a formação e as atividades destes profissionais como podemos visualizar a seguir:

- Art. 7º. São técnicos de Enfermagem: I - o titular do diploma ou do certificado de Técnico de Enfermagem, expedido de acordo com a legislação e registrado pelo órgão competente; II - o titular do diploma ou do certificado legalmente conferido por escola ou curso estrangeiro, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como diploma de Técnico de Enfermagem e no,

- Art. 8º - São Auxiliares de Enfermagem: I - o titular do certificado de Auxiliar de Enfermagem conferido por instituição de ensino, nos termos da Lei e registrado no órgão competente; II - o titular do diploma a que se refere a Lei nº 2.822, de 14 de junho de 1956; III - o titular do diploma ou certificado a que se refere o inciso III do Art. 2º. da Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, expedido até a publicação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961; (COFEN,1986)

- Art. 12 - O Técnico de Enfermagem exerce **atividade de nível médio**, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar, e participação no planejamento da assistência de Enfermagem, cabendo-lhe especialmente: a) participar da programação da assistência de Enfermagem; b) executar ações assistenciais de Enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro, observado o disposto no Parágrafo único do Art. 11 desta Lei; c) participar da orientação e supervisão do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar; d) participar da equipe de saúde. (COFEN,1986).

- Art. 13 - O Auxiliar de Enfermagem exerce **atividades de nível médio, de natureza repetitiva**, envolvendo serviços auxiliares de Enfermagem sob supervisão, bem como a participação em nível de execução simples, em processos de tratamento, cabendo-lhe especialmente: a) observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas; b) executar ações de tratamento simples; c) prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente; d) participar da equipe de saúde. (COFEN,1986).

O processo de trabalho da enfermagem permite a hierarquização e fragmentação formada por três categorias: a formação superior, a educação profissional e a fundamental, cujas funções são definidas pela Lei 7.498/1986, porém, na prática, elas se confundem. A título de exemplo, a técnica de verificação dos Sinais Vitais requer conhecimento e habilidade técnica, somando a isso a experiência profissional que está contemplada na atuação dos três componentes da equipe de enfermagem, porém, na distribuição das tarefas estão, na maioria dos serviços, a prática da verificação dos sinais vitais é tarefa para o Auxiliar e o Técnico de Enfermagem, e representa então, na diminuição do custo da força de trabalho na perspectiva do sistema capitalista, pois,

A divisão do trabalho não apenas fragmenta o processo permitindo um aumento da produtividade como também hierarquiza as atividades, atribuindo valores diferentes a cada tarefa executada por diferentes trabalhadores ou grupo de trabalhadores específicos. Assim, aumenta a produtividade não só pelo aumento numérico dos produtos em uma determinada unidade de tempo como também aumenta a produtividade diminuindo o custo da força de trabalho comprada pelo capitalista. (PIRES, 2009, p. 78).

Diante dos avanços de informações técnicas, da tecnologia hospitalar, somando-se ao aumento da população que procura os serviços de saúde e ao acréscimo na complexidade dos problemas de saúde, torna-se necessária uma intervenção cada vez mais diferenciada e complexa da assistência prestada pelo profissional de enfermagem de nível médio e demais profissionais da saúde. Assim, entendemos que, em face da complexidade e especificidade do trabalho em saúde, busca-se um trabalhador com

formação a partir de bases sólidas e que parta do ponto de vista técnico-científico e humanista.

O avanço tecnológico na área da saúde traz a compreensão em que o cuidado se torne uma ação mecanicista das atividades de enfermagem, no cuidar humanizado o Técnico de Enfermagem deve compreender a si e aos outros, tomando consciência dos valores e princípios que norteiam a sua ação. Portanto, os sujeitos que pretendem ingressar em um curso profissional Técnico de nível médio, que estão definidos no art. 2º da Lei Federal nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 e alterações pela Lei nº 12.816, de 05 de junho de 2013, são: os estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores, e estende para os agricultores familiares, silvicultores, agricultores, extrativistas e pescadores no parágrafo primeiro; beneficiários dos programas federais de transferência de renda e estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento, e amplia o acesso a pessoas com necessidades especiais, estabelecendo as condições de acessibilidade e participação no ambiente educacional de acordo com o art. 2º e o parágrafo segundo a Lei Federal nº 12. 513, de 26 de outubro de 2011, que decide que:

Será estimulada a participação das pessoas com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica desenvolvidas no âmbito do Pronatec, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como adequação de equipamentos, de materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física. (LEI FEDERAL Nº 12. 513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011, ART.2º§ 2º).

Para a enfermagem, o processo de inclusão do deficiente físico é algo a se refletir, visto que, prioritariamente, se faz necessária para a atividade da enfermagem, boa saúde física e mental para o desenvolvimento da sua prática. Sendo uma profissão de abrangência em várias áreas, requer um repensar na adequação de equipamentos, de currículos e materiais pedagógicos adaptáveis à formação técnica em enfermagem em áreas em que a sua deficiência possa ser superada.

No processo de trabalho dos profissionais de enfermagem, quando ocorrem acidentes em ambientes externos ou no trabalho que provocam deficiência, se faz necessário o remanejamento em serviço e/ou ambiente onde o servidor poderá desenvolver suas atividades técnicas com base no seu conhecimento, promovendo a sua inclusão e atendendo aos seus limites em decorrência de seu processo de adoecimento ou por alguma deficiência diagnosticada após avaliação médica.

Em se tratando das modalidades de Educação Profissional, o Decreto nº 5.154, de 22 de julho de 2004, define as supracitadas modalidades nos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e de educação profissional técnica de nível médio. Registre-se ainda, que não há formação tecnológica para a área da enfermagem. O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), através de uma norma

administrativa, no seu art. 3º, veda o registro para tecnólogos e dá outras providências,

Art. 3º É vedado o registro e a inscrição aos portadores de diplomas de tecnólogo e aos egressos de cursos sequenciais de formação específica com carga horária e conteúdos programáticos não contemplados na Lei nº. 7.498, de 25 de junho 1986.

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), é instrumento que disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio, para orientar as instituições, estudantes e a sociedade em geral (BRASIL, 2015). Na verdade, é um referencial para subsidiar o planejamento dos cursos e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio referidos na Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que foram relacionadas pelo MEC, devendo contar com carga horária mínima para a educação formal baseada na legislação vigente para o ensino médio, de 1200 horas.

O MEC, diretamente ou por meio de suas entidades vinculadas, disponibiliza recursos públicos às instituições de educação profissional e tecnológica da rede pública federal, instituições públicas e privadas, o que permitirá o atendimento aos alunos matriculados em cada instituição no âmbito do Pronatec.

Diante do exposto, é relevante questionar: quais resultados são esperados no âmbito social, econômico, territorial, ambiental e político-institucional, no desenvolvimento humano com a implementação do Pronatec, como política pública na formação de Técnicos de Enfermagem?

Trazendo o resgate histórico sobre o processo de desenvolvimento dos países desenvolvidos, os autores Castro e Oliveira (2014, p. 20) afirmam que a ação do Estado trouxe “Influências e consequências em diversos elementos conformadores da economia, da sociedade e do mercado, como, por exemplo, a montagem de fortes estruturas de proteção social no chamado Welfarestate (CASTRO; OLIVEIRA, 2014, p. 20).

Castro e Oliveira (2014) conceituam o termo “desenvolvimento” como a capacidade de determinada sociedade superar os entraves à realização de suas potencialidades e que a promoção do desenvolvimento no Brasil e a projeção se deram no século 21, quando o Brasil passou a experimentar a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento num sentido socialmente mais inclusivo do que o praticado anteriormente. Os autores sentiram-se motivados a contribuir para o debate sobre as conexões entre políticas públicas e o padrão de desenvolvimento em curso no país, e propõem cinco grandes dimensões: social, econômica, ambiental, territorial e político-institucional. E pressupõem que os resultados esperados do processo de desenvolvimento, considerando essas dimensões, vão depender das combinações de políticas públicas conduzidas pelos diversos Estados nacionais conforme mostra o quadro a seguir.



<b>DIMENSÃO SOCIAL, ECONÔMICA, AMBIENTAL, TERRITORIAL E POLÍTICO-INSTITUCIONAL E SUAS CONEXÕES POLÍTICAS</b>	
<b>DIMENSÃO SOCIAL</b>	
Políticas sociais como eixo principal composto pelo conjunto de políticas, programas e ações do Estado.	Garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e na regulação de elementos do mercado. Justiça social através da <b>proteção social</b> , que resulta na <b>seguridade social</b> , ideia de solidariedade, <b>a promoção social</b> , entendida como geração de igualdades, oportunidades e resultados para indivíduos e/ou grupos sociais, para dar respostas aos direitos sociais e a outras situações não incluídas nos direitos, qualidade de vida da população, reduzindo a pobreza e a desigualdade. O processo de universalização deve conseguir atingir as populações mais pobres com bens e serviços de boa qualidade.
<b>DIMENSÃO ECONÔMICA</b>	
Caracteriza-se por políticas macroeconômicas e de financiamento que buscam garantir os objetivos de estabilidade macroeconômica e de crescimento, em alguns casos podendo ter preocupações com a redistribuição de renda.	Nesta dimensão as políticas públicas podem dar curso e velocidade aos investimentos em produção e consumo de massa e investimentos em infraestrutura econômica e social. Também são importantes as políticas voltadas para potencializar o processo de inovação, fortalecendo os encadeamentos produtivos.
<b>DIMENSÃO AMBIENTAL</b>	
Tem como centro a sustentabilidade, associando o desenvolvimento produtivo a um meio ambiente equilibrado e saudável, pelo uso adequado dos recursos naturais.	As políticas públicas podem e devem cumprir papel relevante, buscando a recuperação e preservação do meio ambiente como critério para o desenho e para a implementação dos programas e das ações. Em contrapartida, os problemas ambientais, quando de sua ocorrência, atingem fortemente as populações mais pobres, forçando ainda mais a necessidade de aperfeiçoamento das políticas públicas.
<b>DIMENSÃO TERRITORIAL</b>	
As políticas públicas tendem a buscar, essencialmente, a distribuição pelo território nacional de condições mais adequadas de acesso a bens e serviços, e a redistribuição de oportunidades e renda, fortalecendo e estimulando as potencialidades de cada território.	A atuação do Estado nesse sentido é fundamental, pois o jogo das forças de mercado tende, em geral, a aumentar e não a diminuir as desigualdades territoriais. Isso porque, a partir de uma aglomeração inicial verificada em determinada localidade, ocorrem economias de escala e externalidades tecnológicas, atraindo novos recursos que reforçam circularmente a expansão do mercado.
<b>DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL</b>	

<p>Envolve a promoção da inserção internacional soberana e o contínuo fortalecimento do Estado e das instituições em um regime democrático que estimule a participação e a inclusão social.</p>	<p>Nesse sentido, Castro e Oliveira, 2014 apud Evans (2010, p.37), chama a atenção para que “tanto os teóricos quanto os formuladores de políticas não podem ignorar o papel fundamental das instituições estatais na criação bem-sucedida do desenvolvimento”.</p>
---	---

Quadro 3 –Dimensão social, econômica, ambiental, territorial e político-institucional e suas conexões políticas segundo (CASTRO; OLIVEIRA, 2014, p.36 -37).

Fonte: Castro e Oliveira (2014, p.36 -37).

### 3 I AS DIMENSÕES SOCIAL, ECONÔMICA, AMBIENTAL, TERRITORIAL E POLÍTICO-INSTITUCIONAL E SUAS CONEXÕES NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM

O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), no dia 27 de agosto de 2015, em Brasília, apresentou o relatório resultado da Oficina, intitulado “**Políticas Públicas para a Enfermagem com base nos dados da Pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil**”, apresentando os resultados da Pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, e com o apoio do Ministério da Saúde - Núcleo de Estudos e Pesquisas de Recursos Humanos em Saúde e patrocinada pelo COFEN.

O resultado da pesquisa foi a construção do perfil da equipe de enfermagem no Brasil, que representa mais de 1 milhão e 800 mil trabalhadores. O relatório aponta que os resultados da pesquisa subsidiarão as discussões e reflexões sobre políticas públicas para a melhoria da profissão de Enfermagem e para a população por ela atendida. A seguir trataremos das referidas dimensões para melhor compreender o cenário sócio educacional no âmbito da educação profissional em enfermagem.

#### 3.1 Dimensão Social no Campo de Ação de Enfermagem

Segundo Castro e Oliveira (2014), as Políticas sociais, como eixo principal composto pelo conjunto de políticas programas e ações do Estado, são garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e na regulação de elementos do mercado. Consideram também que tal dimensão busca **a promoção social** entendida como geração de igualdades, oportunidades e resultados para indivíduos e/ou grupos sociais com o objetivo de gerar respostas mais contundentes relativas aos direitos sociais e outras situações não inclusas nos direitos, qualidade de vida da população, reduzindo assim, a pobreza e a desigualdade e que o processo de universalização deve conseguir atingir as populações mais pobres com bens e serviços de boa qualidade.

O desenvolvimento da Enfermagem na sociedade brasileira começa no período

colonial e vai até o final do século XIX. A profissão começa como uma prestação simples de cuidados aos doentes, realizada por um grupo formado, na sua maioria, por escravos, que nesta época trabalhavam nos domicílios. As Santas Casas de Misericórdia foram construídas com o objetivo de atender a população pobre, administradas por religiosas. O sentimento de religiosidade marcou os profissionais de enfermagem, haja vista o discurso ideológico como obediência, abnegação, dedicação e que não exerça a crítica social, refletindo em sérias dificuldades de ordem social, profissional, com jornadas longas de trabalho, baixos salários, frágil organização política e na questão de gênero, predominantemente feminino (GERMANO, 1985).

Frigotto (2009) ressalta que o trabalho humano é uma condição necessária ao ser humano em qualquer tempo histórico, assumindo formas históricas nos diferentes modos de produção da existência humana compatíveis com as relações sociais de produção capitalista que se formalizam na compra e venda da força de trabalho, trabalho assalariado e alienado. Importante o registro da evolução do ensino de enfermagem no Brasil a partir de 1890, sendo criada a Escola profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, Decreto nº 791, de 27 de setembro de 1890.

Diante do exposto e de acordo com o relatório do COFEN com base na pesquisa do perfil da enfermagem no Brasil, os dados apontam tendências importantes, como o rejuvenescimento da força de trabalho, crescimento da participação dos enfermeiros na equipe de trabalhadores; porém apontam desequilíbrio entre oferta e demanda; concentração nos grandes centros urbanos. Os dados da pesquisa permitem subsidiar a construção de políticas públicas adequadas com a realidade deste imenso contingente de trabalhadores, fundamentais para o Sistema Único de Saúde.

### **3.2 Dimensão Político-Institucional de Campo de Ação da Enfermagem**

Machado (2015), enfatiza que a discussão sobre a Formação e Mercado de Trabalho enfatiza que a partir do “Perfil Socioeconômico do Profissional de Enfermagem, foi também possível a caracterização dos Perfis da Formação Profissional, do Acesso Técnico-Científico, do Mercado de Trabalho e das Condições de Trabalho.” (COFEN, 2015, p.16)

Dentro do universo pesquisado, os resultados foram 1.804.535 (um milhão, oitocentos e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco) profissionais, dos quais 414.712 (quatrocentos e quatorze mil, setecentos e doze) Enfermeiros e 1.389.823 (um milhão, trezentos e oitenta e nove mil, oitocentos e vinte e três) Técnicos e Auxiliares de Enfermagem.

Esses dados foram obtidos, de uma amostra de 35.916 (trinta e cinco mil, novecentos e dezesseis) participantes por meio de questionários *online* e Pesquisa de Campo que teve comum índice de resposta elevado, num valor de 83,2%, e índice de recusa de 12,6%.

Manoel Carlos Neri da Silva, presidente do COFEN, em sua fala, registra a

preocupação com o aumento de escolas de enfermagem privadas sem a observância da qualidade do ensino, formando profissionais sem o rigor técnico-científico, sobretudo, registra ainda a

Existência de diversos cursos de enfermagem em todo o país na modalidade noturno e à distância, o que afirma contrariar o fundamento da estrutura político-pedagógica que preconiza o ensino em tempo integral e diurno e mediante o desequilíbrio apontado pela Pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil, entre oferta de profissionais anualmente disponíveis (recém-formados) e a demanda do mercado de trabalho, gerando uma clara situação de desemprego aberto entre os enfermeiros na ordem de 12,4%, conclui ser necessário adotar medidas que possam gerar políticas públicas no campo da formação dos profissionais de Enfermagem. (COFEN,2015).

Trazendo uma reflexão a partir das discussões realizadas por Castro e Oliveira (2014), refletimos que no regime democrático, a ênfase é na participação e na inclusão social, sendo assim, há de se questionar que as políticas públicas de inclusão serão pensadas para os trabalhadores da classe menos favorecida de renda, se o que lhes resta é o curso na “modalidade noturno”.

Outros questionamentos insurgem, como por exemplo, quais políticas Públicas poderão ser implementadas na Educação Profissional para atender ao trabalhador que almeja ser um “trabalhador da enfermagem”, sem comprometer a qualidade de sua formação? Coibir os cursos de enfermagem na modalidade noturno, como proposta do COFEN será a melhor estratégia de melhoria na qualidade dos cursos ofertados pelas instituições privadas? Qual seria a modalidade de educação viável a ser ofertada? Vale ressaltar que estes questionamentos são apenas reflexões que poderão servir de parâmetros para futuras pesquisas.

### **3.3 Dimensão Econômica no Campo da Ação da Enfermagem**

A dimensão econômica se caracteriza por políticas macroeconômicas e de financiamento que buscam garantir os objetivos de estabilidade macroeconômica e de crescimento, em alguns casos podendo ter preocupações com a redistribuição de renda, segundo Castro e Oliveira (2014). Também são igualmente importantes as políticas voltadas para potencializar o processo de inovação, fortalecendo os encadeamentos produtivos.

A lei que institui o Pronatec, em seu art. 1º, diz que ele foi criado com “[...] finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira” e posteriormente sofreu alterações pela Lei nº 12.816 de 5 de junho de 2013. E no seu VI objetivo o Pronatec se compromete a “[...] estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda”, vinculando a educação ao crescimento econômico e à empregabilidade.

Neste sentido, Silva (2015), se posiciona quanto ao campo ideológico e teórico do discurso de qualificação profissional e empregabilidade difundido pelo Pronatec com base na Teoria do Capital Humano, visto que, devemos atentar que tem por base a Teoria do Capital Humano.

Essa Teoria tem por referência os estudos de Schultz (1973) nos anos de 1956-1957 no centro de estudos Avançados das Ciências do Comportamento, que observou que muitas pessoas nos Estados Unidos estavam investindo fortemente nas suas qualificações e que estes investimentos tinham alguma influência sobre o crescimento econômico. Para Schultz (1973), o outro elemento constitutivo do 'Capital humano' era o investimento em saúde (SILVA, 2015, p.125 *apud* SCHULTZ, 1973).

A pesquisa sobre o perfil da enfermagem também apresenta que os perfis dos salários pagos aos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem no setor público (19%), privado (26,9%) e no filantrópico (28,2%) se encontram nas faixas salariais que foram denominadas pela pesquisa como "subsalários". Ou seja, percebem salários iguais ou menores que 1.000 reais, colocando este contingente em uma situação salarial insustentável. Considerando ainda, os dados da pesquisa que apontam situação de desemprego aberto, com 10,1%, isto é, 182 mil desempregados ou subempregados, dos profissionais entrevistados tendo vivenciado situações de desemprego nos últimos 12 meses e 66,7% relatando dificuldade de encontrar emprego (COFEN, 2015 p.14-15).

### **3.4 Dimensão Ambiental no Campo de Ação da Enfermagem**

A NBR 10004/04 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, considera que a classificação de resíduos sólidos envolve a identificação do processo ou atividade que lhes deu origem, os seus constituintes e características, e a comparação destes constituintes com listagens de resíduos e substâncias cujo impacto à saúde e ao meio ambiente pode trazer danos de alta gravidade, (ABNT, 2004).

Assim, a ABNT define que, como resíduos hospitalares, os materiais descartados por, hospitais, clínicas, unidades básicas de saúde, laboratórios de análises clínicas e demais organizações que produzem quaisquer tipos de resíduos contendo secreções ou contaminações com restos cirúrgicos de humanos ou animais.

A legislação aplicável às empresas que geram resíduos hospitalares está inicialmente definida pela RDC nº 306/04 da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e pela resolução nº 358/05 do CONAMA (conselho nacional do meio ambiente). O objetivo destas legislações é obrigar todas as empresas geradoras de resíduo hospitalar a elaborar e executar o chamado RSS (plano de gerenciamento de resíduos de saúde).

A classificação do resíduo hospitalar é realizada pela NBR 12.808, publicada pela ABNT em 2016, atualizando os tipos de resíduos e as possíveis formas de destinação de cada um deles.

Antes da classificação pela norma da ABNT, os resíduos devem ser alocados em três grandes grupos definidos pela resolução do CONAMA citada há pouco. São eles:

**Classe A – resíduos infectantes** – vacinas vencidas, materiais com sangue, tecidos humanos e animais, órgãos humanos e animais, animais contaminados, fluidos orgânicos, secreções e matéria orgânica humana em geral.

**Classe B – resíduos especiais** – materiais contaminantes, restos de remédios, resíduos químicos e radioativos em geral

**Classe C – resíduo comum** – Material de escritório, jardinagem, conservação e materiais comuns às demais organizações

Quanto à disposição, tratamento, destinação e manipulação de cada tipo de resíduo de serviços de saúde, a ABNT dispõe algumas normas que devem ser observadas pelas organizações pertinentes.

Um ponto fundamental a ser observado é o fator da periculosidade fundamentada na propriedades físicas, químicas ou biológicas das substâncias liberadas no meio ambiente aumentando o fator de risco para a disseminação de doenças infectocontagiosas, acentuando risco à saúde pública, pelo aumento dos seus índices gerando de forma inadequada danos ao meio ambiente.

Nos serviços de saúde, os cuidados na preservação do ambiente interno do trabalho e externo ao trabalho são fundamentais. Considerando que o lixo que produzimos nos serviços de saúde, manipulado e acondicionado, deve ser descartado adequadamente seguindo as determinações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), visto que pode trazer danos irreparáveis ao meio ambiente e à segurança dos profissionais e pacientes.

É importante estarmos atentos aos princípios da prevenção, observando a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Política Nacional do Meio Ambiente, que tem como objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade propícia à vida”.

São considerados resíduos hospitalares os materiais descartados por farmácias, hospitais, clínicas, postos de saúde, estúdios de tatuagem, laboratórios de análises clínicas e demais organizações que produzem quaisquer tipos de resíduos contendo secreções ou contaminações com restos cirúrgicos de humanos ou animais.

A enfermagem compõem a maioria da equipe, em instituições de saúde e deve estar atenta ao descarte adequado dos resíduos sólidos e líquidos evitando causar problemas ambientais, cujo impacto à saúde e ao meio ambiente pode trazer danos de alta gravidade e quando de sua ocorrência, atingem fortemente as populações mais pobres, forçando ainda mais a necessidade de aperfeiçoamento das políticas públicas.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Políticas sociais, como eixo principal composto pelo conjunto de políticas, programas e ações do Estado, é garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências

de renda e na regulação de elementos do mercado, e a dimensão econômica se caracteriza por políticas macroeconômicas e de financiamento que buscam garantir os objetivos de estabilidade macroeconômica e de crescimento, em alguns casos podendo ter preocupações com a redistribuição de renda e com este posicionamento, pode-se considerar que o Pronatec é uma política desenvolvimentista.

As políticas públicas como programas e ações do Estado, são garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e na regulação de elementos do mercado. Considera também que tal dimensão busca a promoção social entendida como geração de igualdades, oportunidades e resultados para indivíduos e/ou grupos sociais com o objetivo de gerar respostas mais contundentes relativas aos direitos sociais e outras situações não inclusas nos direitos, como a qualidade de vida da população, reduzindo assim, a pobreza e a desigualdade e que o processo de universalização deve conseguir atingir as populações mais pobres com bens e serviços de boa qualidade.

Na dimensão econômica as políticas públicas podem dar curso e velocidade aos investimentos em produção e consumo de massa e investimentos em infraestrutura econômica e social. Também são importantes as políticas voltadas para potencializar o processo de inovação, fortalecendo os encadeamentos produtivos e garantindo estabilidade macroeconômica de crescimento, alcançando redistribuição de renda melhorando a condição de sobrevivência digna de sua população.

Na dimensão político institucional deve promover o contínuo fortalecimento do Estado e das instituições em um regime democrático que estimule a participação e a inclusão social.

As políticas públicas podem e devem cumprir papel relevante, buscando a recuperação e preservação do meio ambiente como critério para o desenho e para a implementação dos programas e das ações.

Ressaltamos que a população tem papel preponderante no cuidado com o meio ambiente, procurando contribuir com o adequado descarte dos resíduos sólidos e líquidos.

As instituições governamentais de regulação apliquem as normas para o equilíbrio da natureza restringindo os danos ao meio ambiente e reduzindo o processo de adoecimento e a mortalidade precoce da população.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. *NBR 12808*: Resíduos de Serviços de Saúde: classificação. São Paulo, 1993a.

ABNT. *NBR 10.004*: Classificação de resíduos sólidos: Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://analiticaqmresiduos.paginas.ufsc.br/files/2014/07/Nbr-10004-2004-Classificacao-De-Residuos-Solidos.pdf>. Acesso 12.fev.2019.

ANVISA. Resíduos de Serviço de Saúde Disponível em <http://portal.anvisa.gov.br/noticias/>

asset\_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/confira-nova-regra-sobre-residuos-de-servicos-de-saude/219201?p\_p\_auth=Ulz9xy2K&inheritRedirect=false. Publicado: 03/04/2018 19:12 Última Modificação: 10/04/2018 09:45. Acesso em 12 fev 2019.

BIANCARELLI, A; ROSSI, P.A política macroeconômica em uma estratégia social-desenvolvimentista. In: FONSECA, A.; FAGNANI, E (Orgs.). **Políticas sociais, cidadania e desenvolvimento: economia, distribuição de renda e mercado de trabalho**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p.147.

BRASIL. **Decreto nº 5154, de 23 de junho de 2004**.Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Revoga-se o Decreto no 2.208, de 17 de abril de 1997. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>. Acesso em: 17 ago.2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**.Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº7.498, de 25 de junho de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. Brasília, 1986. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7498.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7498.htm)>. Acesso em:17ago.2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 17 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**.Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato\\_2007\\_2010/2008/lei/l11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2007_2010/2008/lei/l11741.htm)>. **Acesso em: 05jan.2018.**

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**.Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513)>. Acesso em: 29 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB 1/2014.**Diário Oficial da União, Brasília, 8 de dezembro de 2014**, Seção 1, p. 16. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16705-res1-2014-cne-ceb-05122014&category\\_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16705-res1-2014-cne-ceb-05122014&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192)>.Acesso em: 05jan.2018.

CAMPELLO, Ana Margarida. **Dualidade Educacional**. Disponível em: <<file:///C:/Users/Maria%20Jose/Desktop/PRONATEC/Avaliação%20PP-%20Lenina%20-Artigo%20-%20Ma%20José/FIOCRUZ/Dualidade%20Educacional.html>>. Acesso em:13 jan. 2018.

CASTRO, Jorge Abrahão de. OLIVEIRA, Márcio Gimene de. Políticas Públicas e Desenvolvimento In: MADEIRA, Lígia Mori.(Org.) **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre; UFRGS/CEGOV, 2014. p. 20-48.

COFEN. **Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986**.Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/>>. Acesso em: 05 jan.2018.

\_\_\_\_\_. **Normas administrativas para registro de títulos, concessão de inscrição, transferência, suspensão temporária de inscrição, cancelamento e reinscrição dos profissionais de enfermagem e substituição da carteira profissional de identidade**. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/MANUAL-448.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Políticas Públicas para a Enfermagem com base nos dados da Pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil**. 2015.p.33.Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/politicas\\_publicas.pdf](http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/politicas_publicas.pdf)>.Acesso em: 09 jan. 2018.



FRIGOTTO, Gaudêncio. **Trabalho**. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/divsoctra.html>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

GERMANO, Raimunda Medeiros. **Educação e Ideologia da Enfermagem no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Manole, 1985. p.118.

GOSTA, Esping-Andersen. **As três economias políticas do welfarestate**.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451991000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006)>. Acesso em: 26 nov. 2017.

KRUSE, Maria Henriqueta Luce. SANTANA, Maria Natividade Gomes da Silva Teixeira. Educação tecnológica: por que ela não é pertinente para a área da saúde **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 55, n. 4, p. 434-439, jul./ago. 2002 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v55n4/v55n4a13.pdf> . Acesso em: 09jan.2018.

MADEIRA, Ligia Mori (Org.). **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. p. 254.

MONTAGNER, Paula; MULLER, Luis Herberto (Orgs.). **Inclusão produtiva urbana: o que fez o Pronatec / bolsa formação entre 2011 e2014**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=22191-caderno-de-estudos-24-inclusao-produtiva-urbana-pdf&category\\_slug=setembro-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=22191-caderno-de-estudos-24-inclusao-produtiva-urbana-pdf&category_slug=setembro-2015-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 13 jan. 2018.

PIRES, Denise Elvira. **Divisão social do trabalho** Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/divsoctra.html>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

PRONATEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

**SANSON CESAR**. Conjuntura da Semana. Balanço de um ano do governo Dilma Rousseff. 31 Dez 2011

<http://www.ihu.unisinos.br/505269-conjuntura-da-semana-balanco-de-um-ano-do-governo-dilma-rousseff>

SESAP - RN. Regiões de Saúde do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/sesap/DOC/DOC00000000127722.PDF>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

TORRES, Maria José Fernandes. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego– Pronatec**: a produção do conhecimento sobre cursos Técnicos de nível médio em enfermagem. Natal: IFRN, 2017. p.13.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

### **Gabriella Rossetti Ferreira**

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-312-5



9 788572 473125